

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.312 - SC (2015/0311634-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO NO
ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : ROBSON RECKZIEGEL E OUTRO(S) - SC024084

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIO DE INTEGRAÇÃO NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional em face da decisão que deu parcial provimento ao seu recurso especial, assim ementada (fl. 876):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. DISPOSITIVO LEGAL TIDO POR VIOLADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STJ. QUESTÃO CONSTITUCIONAL NÃO IMPUGNADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

A parte embargante aponta, em síntese, contradição no *decisum* argumentando que não foi acolhida a violação do art. 535 do CPC/1973, bem como foi aplicado o óbice da súmula 211/STJ quanto ao art. 2º-A da Lei 9.494/1997. Assevera, ainda, que opôs “Embargos de Declaração para ver sanada a contradição da Decisão, pois se o Tribunal a quo, ainda que instado, deixa de se manifestar sobre tema o qual é fundamental para a defesa dos interesses da recorrente, impõe-se o conhecimento do Recurso Especial seja por violação ao Art. 535 do CPC/73, seja por violação ao Art. 2º-A da Lei 9.494/1997, uma vez que o caminho processual adequado foi trilhado pela recorrente” (fl. 312).

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, registro que os embargos de declaração foram opostos após a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, ocorrida em 18/3/2016.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Deve o embargante, portanto, ao apontar a existência de erro, contradição, obscuridade ou omissão, indicar, de forma fundamentada, clara e balizada, o ponto em que a decisão embargada incorreu no vício alegado, não bastando a mera alegação de existência de vício do art. 1.022 do CPC/2015, com base no inconformismo diante da decisão proferida.

Como afirmado, a decisão agravada não conheceu do recurso especial da embargante por força do óbice das Súmula 284/STF, quanto à alegação de violação do

Superior Tribunal de Justiça

art. 535/CPC, e 211/STJ porque o art. 2º-A da Lei 9.494/1997 não foi prequestionado.

A alegada contradição é de ser rejeitada, consoante explicitado na decisão embargada, a recorrente deduziu razões recursais genéricas no pertinente à violação do art. 535 do CPC/1973, não permitindo o não conhecimento do recurso no ponto. A mera oposição de embargos de declaração não é suficiente para atender o requisito do prequestionamento.

Consoante jurisprudência desta Corte a “fundamentação deficiente do especial não permite, por consequência e *per saltum*, ingressar no exame da alegada afronta à matéria normativa de fundo, porquanto remanesce ausente o indispensável prequestionamento”.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. MATÉRIA QUE, APESAR DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, NÃO FOI ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 211/STJ.

1. Não se conhece da pretendida ofensa ao art. 535 do CPC/73 (negativa de prestação jurisdicional declaratória), quando desacompanhada de razões que, com precisão, demonstrem o vício imputado ao acórdão embargado, não se prestando, a tal desiderato, alegações meramente genéricas. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284/STF.

2. Verifica-se que o Tribunal de origem não emitiu juízo sobre a tese jurídica veiculada no especial, não obstante tenha sido compelido por meio dos competentes embargos de declaração.

3. A fundamentação deficiente do especial não permite, por consequência e *per saltum*, ingressar no exame da alegada afronta à matéria normativa de fundo, porquanto remanesce ausente o indispensável prequestionamento.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1157185/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 10/04/2018)

Diante dos termos da decisão embargada de declaração, conclui-se que a prestação jurisdicional se deu de forma satisfatória, objetivando a parte embargante, por via reflexa, o rejugamento da causa em sede de embargos de declaração, o que não é possível nesta via.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator